



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ITUPIRANGA

EDITAL Nº 02/2015

PERÍODO: 30 de novembro de 2015 a 04 de dezembro de 2015

Corregedora: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

Juíza Corregedora: DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM

NO. PROCESSO: 2016.7.000461-8

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 23/02/2016

CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1 UNIDADE JUDICIAL: Comarca de Itupiranga

1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única

1.3 MAGISTRADO (A): Celso Quim Filho

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 05/11/2015

**2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA**

2.1 ENDEREÇO: Rua São Salvador, s/n, Centro, CEP 68580-000, Itupiranga/PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Não há documentação acerca da situação jurídica do imóvel.

**2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:**

Relacionar e descrever:

Sala dos oficiais de justiça;

Sala de protocolo e distribuição;

Sala da secretaria criminal;

Sala da secretaria cível;

Sala de almoxarifado;

Copa;

Sala da Unaj e assessoria do juiz;

Salão do júri;

Sala de audiências;

Gabinete do juiz;

Na casa oficial encontra-se o arquivo do Fórum.

**2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:**

( ) Boas ( x ) Regulares ( ) Ruins

Justificar:

**2.5 LIMPEZA E HIGIENE:**

( x ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins

Justificar: Realizada por servidor cedido pela Prefeitura.

**2.6 MOBILIÁRIO:**

( ) Bom ( x ) Regular ( ) Ruim

Justificar:

*Dem*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

**2.7 SEGURANÇA:**

( ) Boa ( x ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Dispõe de sistema de segurança eletrônico (alarme). Dispõe de guarda judiciário e servidor cedido da Prefeitura que realizam revezamento durante o período noturno. Não dispõe de segurança terceirizada. Não dispõe de policiamento militar.

**2.8 ACESSIBILIDADE:**

( ) Boa ( ) Regular ( x ) Ruim

Justificar: Faltam rampas de acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais locomotoras. Assim como, estrutura para as demais necessidades especiais.

**2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:**

( ) Boa ( ) Regular ( x ) Ruim

Justificar: Instalações precárias. É utilizada como arquivo.

**3. MAGISTRADOS**

**3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** Celso Quim Filho, a partir de 05/11/2015

**3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

Amarildo José Mazutti – Respondeu a partir de 20/07 até ulterior deliberação – P. 2976.15 (17/07) – cessou os efeitos a partir de 05/11 – P. 4721. 15 (06/11)

José Leonardo Frota de V. Dias – respondeu 27, 28 e 29/10 – P. 4412.15 (15/10) // Responde – 03/11 a 02/12 – P. 4639. 15 (04/11) – Cessou os efeitos a partir de 05/11 – P. 4722. 15 (06/11)

**3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:** Até o momento não houve.

**3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:** Juiz Eleitoral da 56ª Zona Eleitoral.

**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES:** Não houve.

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:** Não houve.

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 Marcelo Andrei	01/04/2009	18/10/2011
02 Alexandre Hiroshi Arakaki	09/04/2012	08/06/2015

**4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: Wêdila Moreira de Aguiar

Cargo: Assessora do Juiz

Ato de nomeação: Portaria nº 2782/2015-GP

Ato de lotação: Portaria nº 2782/2015-GP

Nome: Jurandir da Silva Rebello Jr

Cargo: Analista Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 1003/2012-GP

*Qery*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA**

Ato de lotação: Portaria nº 1003/2012-GP

Nome: **José Augusto do Nascimento**

Cargo: Auxiliar Judiciário - Chefe da UNAJ

Ato de nomeação: Portaria nº 3254/2013-GP

Ato de lotação: Portaria nº 3254/2013-GP

Nome: **Joelson Félix V. de Araújo**

Cargo: Secretário do Juiz (Audiência) – Cedido pela Prefeitura

Ato de nomeação: Portaria nº 449/2015

Ato de lotação: Portaria nº 449/2015

Nome: **Sulamita Simões Rego**

Cargo: Estagiária de Administração (CIEE)

**4.2 SECRETARIA:**

Nome: **João Paulo Portugal de Faria**

Cargo: Analista Judiciário (Área Direito) exercendo a função de Diretor de Secretaria

Ato de nomeação como Diretor de Secretaria: Portaria 2357/2014 – GP

Ato de nomeação como Analista Judiciário: Portaria nº 1732/2013-GP

Ato de lotação: Portaria nº 1732/2013-GP

Nome: **Maria Firmina Souza Freitas**

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 237/92

Ato de lotação: Portaria nº 237/92

Nome: **Vilmacy da Mata Lima**

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 0239/92, de 04/05/92

Ato de lotação: Portaria nº 0239/92, de 04/05/92

Nome: **Vânia Paiva de Sousa**

Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida pela Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria 301/2015

Ato de lotação: Ofício 301/2015

Nome: **Solange Costa da Silva**

Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida pela Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria 298/2015

Ato de lotação: Portaria 298/2015

Nome: **Antônia de Araújo Barros**

Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida pela Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria 320/2014

Ato de lotação: Ofício 125/2015

Nome: **Lucas Lameira Santos**

Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedido pela Prefeitura)

Ato de nomeação: Portaria 264/2015

Ato de lotação: Portaria 264/2015

Nome: **Mona Kayla Miranda Santos**

Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida pela Prefeitura)



Ato de nomeação: Portaria 261/2015  
Ato de lotação: Portaria 261/2015

Nome: **Jaqueline Lameira Santos**  
Cargo: Estagiária nível médio (CIEE)

#### 4.3. PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO

Nome: **Jair Francisco Vieira Aguirra**  
Cargo: Agente de Segurança  
Ato de nomeação: Portaria nº 235/92-GP, de 04/05/1992  
Ato de lotação: Portaria nº 235/92-GP, de 04/05/1992

Nome: **Juscelino de Souza Pereira**  
Cargo: Auxiliar (cedido pela Prefeitura)  
Ato de nomeação: Portaria 265/2015  
Ato de lotação: Portaria 265/2015

#### 4.4. SERVIÇOS GERAIS

Nome: **Anahirley de Sousa Lira**  
Cargo: Serviços gerais (cedida pela Prefeitura)  
Ato de nomeação: Portaria 259/2015  
Ato de lotação: Portaria 259/2015

#### 4.5. OFICIAIS DE JUSTIÇA E AGENTE DE SEGURANÇA

Nome: **Marco Antônio Braga Chaves**  
Cargo: Oficial de Justiça  
Ato de nomeação: Portaria nº 244/92  
Ato de lotação: Portaria nº 244/92

Nome: **José Gomes Filho**  
Cargo: Agente de Segurança, nomeado como Oficial de Justiça *ad hoc*  
Ato de nomeação: Portaria nº 236/92  
Ato de lotação: Portaria nº 236/92

Nome: **Cristiany de Paula Carvalho de Abreu**  
Cargo: Oficial de Justiça  
Ato de nomeação: Portaria nº 597/04-GP, de 26/05/2004  
Ato de lotação: Portaria nº 3036 /2015-GP, de 21/07/2015

Nome: **Jean Celso Silva Andrade**  
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador  
Ato de nomeação: Portaria nº 1306/04-GP, de 05/10/2004  
Ato de lotação: Portaria nº 3090/2015, de 21/07/2015

Nome: **José Anivaldo Rosendo da Silva**  
Cargo: Agente de segurança  
Ato de nomeação: Portaria nº 233/93  
Ato de lotação: Portaria nº 233/93

#### 5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

**5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:**

ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR – Titular (Férias)

JULIO CESAR SOUSA COSTA – Em exercício (respondendo pela comarca durante as férias do titular)

**5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:**

ARLINDO JORGE CABRAL JÚNIOR – Titular (Férias)

JULIO CESAR SOUSA COSTA – Em exercício (respondendo pela comarca durante as férias do titular)

**5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?**

JULIO CESAR SOUSA COSTA – Cumulação com a 11ª PJ de Marabá

**5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:** WALTER AUGUSTO BARRETO TEIXEIRA – desde 2012

**5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:** Titular

**5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?** Cumulação com a Vara da Infância e Juventude de Marabá

**6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL**

**6.1 VEÍCULOS**

**6.1.1 FROTA:**

- Camionete FORD RANGER, 2.2, 4X4, BRANCA, DIESEL, PLACA OTI 5228

- Motocicleta HONDA BROS 150, PRETA, FLEX, PLACA OTS 0815

**6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**6.2 INFORMÁTICA:**

Secretaria: 08 computadores; 01 impressora multifuncional; 01 impressora a laser; 02 scanners; 02 impressoras zebra; 02 nobreaks.

Protocolo/Distribuição: 02 computadores; 01 notebook; 01 impressora a laser; 01 impressora zebra; 01 scanner.

Sala dos Oficiais de Justiça: 02 computadores; 02 impressoras.

Assessoria/Unaj: 02 computadores; 02 notebooks.

Gabinete: 01 notebook; 01 impressora a laser.

Sala de audiência: 01 computador; 01 monitor; 01 impressora a laser; equipamento para gravação de audiência.

**6.2.1 ACESSO Á INTERNET:**

( ) Bom ( ) Regular (X) Ruim

Justificar: Internet lenta e constantemente inoperante, com diversas oscilações e com perda de sinal, o que prejudica as atividades diárias da secretaria.



**6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):** 17 (Dezessete). A quantidade de pontos de rede atende a demanda.

**6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:** Sistema LIBRA

**6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):** 1itupiranga@tjpa.jus.br  
O Diretor de Secretaria é responsável por verificar o e-mail da comarca de Itupiranga, sendo consultado por diversas vezes durante todos os dias. Destaca-se que todos os servidores da comarca têm acesso ao e-mail.

## 7. SECRETARIA JUDICIAL

**7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?**

( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim

Justificar:

**7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: A secretaria dispõe de espaço físico com 02 compartimentos, sendo que em 01 funciona a secretaria cível e 01 a criminal. Na criminal: a organização é feita por tipo/classe de ação e subdividido por ato processual. Na cível: organização por tipo/classe de ação e subdividido por ato processual. Há armário específico para as ações de infância e juventude, família, comércio, Ação Civil Pública e execução penal. Os processos suspensos também estão em escaninhos próprios. Dispõe de pasta com os alvarás de soltura expedidos, não armazena os alvarás de valores, junta cópia do alvará aos autos dos processos.

**7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Sempre é feita a tramitação interna e externa.

**7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Novos servidores cedidos pela Prefeitura Municipal ainda não dispõem de senhas para de acesso ao LIBRA, mas serão providenciadas.

**7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: Os novos servidores do TJPA, assim como os servidores cedidos pela Prefeitura, não receberam treinamento e/ou qualificação para atuação nas atividades fins/jurisdicionais do Fórum de Itupiranga, assim, apesar dos esforços dos servidores, algumas rotinas e procedimentos podem não estarem sendo executados de forma adequada.

Apenas o Diretor de Secretaria possui o TOKEN, mas não utiliza, pois não conseguiu concluir o procedimento da certificação digital. Não é utilizado o SIGA-DOC.

**7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?**

( x ) Sim ( ) Não

Justificar: O gabinete cadastra as designações de audiência, os termos e controla a pauta. Todos os



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA**

despachos/decisões designando audiência já retornam do gabinete com a data pré-fixada. São realizadas de 07 a 10 audiências por dia, dependendo do tipo de audiência. A pauta de audiência está para Maio/2016, salvo casos mais urgentes que são prontamente agendados. A secretaria mantém controle dos processos que aguardam audiência os acondicionando em armário próprio. Assim que retornam do gabinete os autos são encaminhados para o escaninho "cumprir audiência", depois que todos os atos são cumpridos, os feitos são separados por mês de previsão para a realização da audiência. No criminal, um dia antes da realização da audiência, a secretaria verifica se há pendências. No cível, uma semana antes é verificado se há pendências. Quando não ocorre a audiência, é feito o possível para a designação de uma nova data e intimação da parte.

**7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?**

( ) Sim (X) Não

Justificar: Há 221 processos cíveis pendentes de certificação do trânsito em julgado. É providenciado o arquivamento dos feitos uma vez ao mês.

**7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?** A publicação é realizada de acordo com a demanda, sendo feita, no mínimo, 01 vez por semana. Já a conferência do DJE/PA é realizada diariamente pelo Diretor de Secretaria. A secretaria não utiliza a ferramenta do Libra que permite extrair a resenha por períodos, mesmo porque nem todos os despachos cadastrados estão constando no relatório.

**8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL**

**8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA**

**TOTAL GERAL 2013: 4.315**

Sentença: 763

Despacho: 950

Decisão interlocutória: 593

Audiências: Marcadas: 1.027 / Realizadas: 956 / Remarcadas: 11 / Não realizadas: 07 / Total: 2.001

Tribunal do Júri: Marcados: 08 / Realizados: 08 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00 / Total: 08

**Observações CJI: No sistema Libra consta a realização de apenas 01 Júri no ano de 2013.**

**TOTAL GERAL 2014: 5.066**

Sentença: 977

Despacho: 2.136

Decisão interlocutória: 580

Audiências: Marcadas: 495 / Realizadas: 850 / Remarcadas: 07 / Não realizadas: 03 / Total: 1.355

Tribunal do Júri: Marcados: 04 / Realizados: 11 / Remarcados: 03 / Não realizados: 00 / Total: 18

**TOTAL GERAL 2015 (ATÉ 30/11): 4.408**

Sentença: 446

Despacho: 1.973

Decisão interlocutória: 809

Audiências: Marcadas: 504 / Realizadas: 615 / Remarcadas: 53 / Não realizadas: 01 / Total: 1.173

Tribunal do Júri: Marcados: 00 / Realizados: 07 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00 / Total: 07

**8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA**

**QUANTIDADE**

**CIVEIS**

**CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)**

399

**CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012**

02



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

Observações CJCI: De acordo com o Portal das Metas, há 06 ações incluídas na Meta 04. Conforme informações do Diretor de Secretaria, há 15 processos incluídos na Meta 04, que foram remetidos à Comarca de Marabá para atuação do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Julgamento das Ações, conforme certidão em anexo.	
<b>AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL</b>	297
<b>CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)</b> Observações CJCI: De acordo com o Portal das Metas, há 47 ações incluídas na Meta 06. Conforme informações do Diretor de Secretaria, 46 processos incluídos na Meta 06 foram remetidos à Comarca de Marabá para atuação do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Julgamento das Ações, conforme certidão em anexo.	01
<b>AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>	14
<b>RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)</b>	00
<b>CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)</b>	1.642
<b>CRIMINAIS</b>	
<b>PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)</b>	287
<b>PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012</b> Observações CJCI: De acordo com o Portal das Metas, há 06 ações incluídas na Meta 04. Conforme informações do Diretor de Secretaria, há 15 processos incluídos na Meta 04, que foram remetidos à Comarca de Marabá para atuação do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Julgamento das Ações, conforme certidão em anexo.	01
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER</b>	83
<b>PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI</b>	46
<b>TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)</b>	329
<b>EXECUÇÃO PENAL</b>	161
<b>PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)</b>	1.101
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
<b>ATO INFRACIONAL</b>	28
<b>SITUAÇÃO DE RISCO</b>	26
<b>TUTELA</b>	41
<b>GUARDA</b>	43
<b>ADOÇÃO</b>	09
<b>EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS</b>	08
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
<b>PRECATÓRIAS CÍVEIS</b>	81
<b>PRECATÓRIAS CRIMINAIS</b>	40
<b>PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	03
<b>SUSPENSOS</b> ***Os processos "suspensos" não foram suspensos no sistema, estão com o status "ativo".	155
<b>TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA</b>	4.200
<b>Feitos com Tramitação Externa</b>	381
<b>Contagem Física + Tramitação externa</b>	4.581
<b>ACERVO LIBRA</b>	4.870
<b>9. INDICADORES GERAIS</b>	
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE</b>	





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

( X ) Sim ( ) Não

**Observação:** Diante da falta de treinamento de servidores e pela quantidade e rotatividade de processos na comarca (o que dificulta a conferência de todos os procedimentos), algumas rotinas podem ter algum equívoco.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	Libra não fornece	
2013	Libra não fornece	763
2014	1.617	977
2015 (até 30/11)	1.168	446

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

( X ) Sim ( ) Não

Justificar: Réu preso: vermelho; Carta precatória: verde; Violência doméstica: rosa; Ações coletivas: duas fitas azuis; Improbidade administrativa: escrita na capa; Idoso: etiqueta branca com a identificação; Estupro: preto; Processos com subconta aberta: escrita na capa; BOC e representação: etiqueta branca com identificação. Processos das metas nacionais não estão identificados.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

( 3 ) INICIAIS;

( 1 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

( 1 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

( 2 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

( 2 ) IDOSO;

( 1 ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

( 3 ) AÇÕES DE ALIMENTOS;

( 1 ) RÉU PRESO;

( 1 ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

( 1 ) ALVARÁ DE SOLTURA;

( 3 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA

( 4 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

( 4 ) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	x	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	x	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
<b>9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Observações CJCI: Sindicância decorrente da Representação nº 2014.7.000598-1 em desfavor do servidor Jair Francisco Vieira Aguirra. Prolatada decisão por esta Corregedoria em 18/02/2016, determinando o arquivamento do feito. // Sindicância nº 2006.7.004402-8 em face de Carlos Augusto Montenegro Cremontti, último andamento no SAPCOR é remetendo os autos à Comarca em 12/07/2007. Conforme informações do Mentorh, o servidor foi exonerado a pedido – Portaria nº 0702/2009-GP, de 26/03/2009, publicada no DJe em 30/03/2009. Conforme informações da secretaria de Itupiranga, o paradeiro da sindicância é desconhecido – e-mail em anexo.		
<b>10. INDICADORES CÍVEIS</b>		
<b>10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):</b> (Resultado até Dezembro/2015) Total de processos da Meta 02: 1.322; alvo: 1.058; julgados: 733; corresponde a 55,45%. <b>Necessidade de julgamento para atingir a meta: 325.</b> Sendo que do total de 589 pendentes de julgamento, 325 são ações cíveis.		
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:</b> Sim		
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):</b> (Resultado até Dezembro/2015) Total de processos da Meta 06: 66; alvo: 66; julgados: 19; corresponde a 28,79%. <b>Necessidade de julgamento para atingir a meta: 47.</b>		
<b>10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> No gabinete há 07 iniciais com pedido liminar formulado nos autos pendentes de análise, sendo a data de conclusão mais antiga o dia 24/11/15. Na secretaria há 06 iniciais com pedido liminar formulado nos autos. Na distribuição há 03 iniciais com pedido liminar formulado nos autos pendentes de protocolo.		
<b>11. INDICADORES CRIMINAIS</b>		
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):</b> (Resultado até Dezembro/2015) Total de processos da Meta 02: 1.322; alvo: 1.058; julgados: 733; corresponde a 55,45%. <b>Necessidade de julgamento para atingir a meta: 264.</b> Sendo que do total de 589 pendentes de julgamento, 264 são ações criminais.		
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> A secretaria não mantinha controle dos presos condenados (a partir do momento em que era sentenciado com a expedição da guia). Está sendo implantado tal controle.		
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> 25		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado, a secretaria não mantinha controle a partir do momento em que o processo é sentenciado.
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):</b> Total de processos distribuídos até 2009 de competência do Tribunal do Júri: 384; alvo: 307; julgados: 169; corresponde a 44%. <b>Necessidade de julgamento para atingir a meta: 138.</b>
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> 2013: 08 2014: 11 2015: 07
<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
<b>12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 01</b>
<b>12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:</b> Não tem
<b>12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:</b> Não tem.
<b>12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar:
<b>12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:</b> Não há.
<b>12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar: São fiscalizadas pelo CREAS, mediante envio do relatório.
<b>12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?</b> Não Há.
<b>12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO</b>



DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, o Abrigo Municipal da Prefeitura, CREAS, CRAS e Conselho Tutelar.
<b>13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: Processos que recentemente foram sentenciados. A maioria dos casos de condenação o réu já estava preso provisoriamente no CTM, CRAMA e CRFM, daí porque praticamente todas as guias são expedidas à Vara de Execução Penal de Marabá. Quando o condenado está em liberdade, a Unidade Judicial aguarda a notícia do local do encarceramento pela autoridade policial, para proceder a expedição da guia.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: A secretaria nunca foi orientada a expedir tal atestado.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? ( ) Sim                    ( x ) Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? ( X ) Sim                    ( ) Não Justificar: Através do controle de frequência. A secretaria mantém uma pasta com o controle da frequência, organizada em ordem alfabética. Eventualmente, quando o réu/condenado comparece na secretaria para assinatura, é verificada a situação do processo.  Observações CJCI: Foi identificado em secretaria, processo de regime aberto combinado com o benefício de prisão domiciliar, encaminhado em 2013 pela Vara de Execução Penal de Belém, sem qualquer andamento. A última informação é o despacho do magistrado da mencionada vara, encaminhando os autos. Não há registro nos autos de que o apenado esteja cumprindo a pena (Proc. Nº 0009069-37.2007.8.14.0401 – Belém/ nº 0000209-39.2014.8.14.0025 – Itupiranga). Na análise processual por amostragem, foi identificado que o cumprimento das penas não está sendo certificados nos autos.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não, há apenas o CTMM e CRAMA que são vinculados à Marabá, mas que recebem os presos da comarca de Itupiranga quando transferido da Depol.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Uma vez ao mês
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
<b>14 PRECATÓRIAS</b>
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 84 (contagem física)



<b>14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO:</b> 40 (contagem física)
<b>14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:</b> Não há como precisar tal informação, pois a Unidade Judicial não mantém tal controle, seria necessário verificar cada processo.
<b>14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( ) Sim                    ( x ) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle do prazo. A secretaria condiciona os autos dos processos que aguardam devolução de carta precatória em escaninho próprio. Todavia, na maioria dos casos os autos são direcionados a outros locais internos antes da devolução da carta. A cobrança é feita de forma eventual, conforme a movimentação dos autos na unidade judicial.
<b>15 INQUÉRITOS POLICIAIS</b>
<b>15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> 04 (contagem física)
<b>15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:</b> 08 (contagem física)
<b>15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:</b> 18 (sistema)
<b>16 PETIÇÕES:</b>
<b>16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO:</b> Pendentes de registro: 13 (Na Distribuição)
<b>16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO:</b> Na Distribuição: 13 Na Secretaria: 26
<b>16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO:</b> Na Distribuição: 13 Na Secretaria: 26 No gabinete: 13
<b>16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS:</b> Petição: 298; Ofícios/AR's: 97; Carta Precatória Cível: 126; Mandado para juntar: 39
<b>16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO:</b> 26, recebidas recentemente pela secretaria.
<b>16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS:</b> 298, que são as pendentes de juntada.
<b>17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>
<b>17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:</b> 391 (contagem física)
<b>17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:</b> 296 (contagem física)
<b>17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO:</b> 00
<b>17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:</b> 878 (contagem física)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

<b>17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:</b> 635 (contagem física)		
<b>17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:</b> Observações CJCI: A unidade Judicial não sabe precisar tal dado, pois não é procedida a baixa no sistema dos mandados devolvidos. No sistema Libra, de 01/01/2014 a 30/11/2015, constam 2.954 mandados pendentes de juntada.		
<b>NOME</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DATA MAIS ANTIGA</b>
MARCO ANTÔNIO BRAGA CHAVES	22	04/11/2015
JOSÉ GOMES FILHO	64	23/10/2015
JEAN CELSO SILVA ANDRADE	39	01/11/2015
CRISTIANY DE PAULA CARVALHO DE ABREU	34	20/10/2015
<b>17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. A secretaria não mantém controle da quantidade de mandados pendentes de devolução. Após a retirada dos mandados pelos Oficiais de Justiça, o processo recebe tramitação interna para o escaninho aguardando devolução de mandado. Todavia, algumas vezes os autos são retirados de tal escaninho mesmo sem a devolução do mandado, de forma que não há como precisar a quantidade de mandados pendentes de devolução. A cobrança é feita de forma eventual, conforme movimentação dos autos e cobrança das partes interessadas.		
<b>17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:</b>		
	<b>QUANTIDADE:</b>	<b>CARGA MAIS ANTIGA:</b>
<b>17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	188	21/03/2007
<b>17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA</b>	154	19/02/2013
<b>17.7.3 ADVOGADO</b>	09	18/05/2006
<b>17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. A secretaria dispõe de pasta para armazenar os protocolos de tramitação externa, devidamente assinados e utilizados como comprovante de entrega dos autos. A cobrança é feita somente nos processos urgentes, através de contato telefônico, se não devolver é remetido concluso ao magistrado para determinar a busca e apreensão.		
<b>18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)</b>		
<b>18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:		
<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar: Permanece no arquivo/ residência oficial, mas não dispõe da segurança necessária.		
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:</b> Relação em anexo
<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: A Unidade Judicial não estava orientada a solicitar o recolhimento.
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> ( ) Sim                    ( x ) Não Justificar:
<b>19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( X ) Sim                    ( ) Não
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar:
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar: Conforme relatório em anexo.
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não JOSÉ AUGUSTO DO NASCIMENTO
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b> ( x ) Sim                    ( ) Não Justificar:
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> ( ) Sim                    ( x ) Não Justificar: Na maioria dos casos é feita posteriormente.
<b>20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</b>
Não foram apresentadas considerações.
<b>21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:</b>
Não foram apresentadas considerações.
<b>22 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CJCI :</b>
A comarca de Itupiranga faz parte do 9º Polo judiciário do Estado do Pará, cuja sede fica na comarca



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

de Marabá, com um acervo de 4.870 processos segundo informações do Sistema Libra. São necessárias as seguintes considerações por parte desta Corregedoria.

1. Percebeu-se que o Fórum carece de segurança, pois não dispõe de policiamento militar, dispondo apenas de guarda judiciário e servidor cedido da prefeitura que realizam revezamento durante o período noturno.  
**Providência:** Oficiar a Secretaria de Administração solicitando que seja avaliada a possibilidade de aprimoramento da segurança do prédio;
2. O prédio onde se localiza o Fórum não preenche os requisitos de acessibilidade (item 2.8). Necessita de adaptações para atender aos portadores de necessidades especiais locomotoras, assim como estrutura para as demais necessidades especiais.  
**Providência:** Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas no Fórum e as adaptações necessárias;
3. A residência oficial necessita de urgente reforma, pois apresenta instalações precárias e tem sido utilizada como arquivo, mesmo sem possuir segurança para tanto.  
**Providência:** Oficiar a Presidência, Secretaria de Administração e a Secretaria de Engenharia para que seja avaliada a possibilidade de saneamento dos problemas acima identificados;
4. A Diretora de Secretaria relatou que o acesso à internet é ruim, pois a conexão muito lenta e há constantes quedas de conexão.  
**Providência:** Oficiar à Secretaria de Informática a fim de que verifique a possibilidade de solucionar a problemática relatada;
5. Identificou-se a necessidade de realização de cursos de capacitação e treinamentos para servidores efetivos e cedidos pela Prefeitura, especialmente dos Sistemas LIBRA, SIGADOC, Malote Digital, Manual de Rotinas Cíveis e Criminais, Atualização do CPC e Informática básica, o que poderá ser ofertado através da plataforma online.  
**Providência:** Oficiar à Escola Superior de Magistratura para verificar a viabilidade de ofertar cursos não presenciais às comarcas do interior, sobre as matérias mencionadas;
6. Sobre o cumprimento das Metas do CNJ, a CJCI não pode verificar o cumprimento de Meta 01/CNJ nos anos de 2013 e 2014, em razão do LIBRA não ter fornecido os dados necessários. Nos anos seguintes, 2014 e 2015, a vara não registrou o cumprimento da meta, ficando a produtividade do Magistrado bem aquém do necessário. Registra-se um acervo de 325 processos cíveis e 264 criminais da Meta 2/2015-CNJ pendentes de julgamento. Do mesmo modo, registra um acervo de 47 processos da Meta 06/2015-CNJ, pendentes de julgamento. A Secretaria não mantinha o controle dos processos criminais após a sentença e, por este motivo, não pode ser verificado o cumprimento da Meta de nivelamento do CNJ de manutenção de percentual abaixo de 40% de presos provisórios. A Meta 4/ENASP também se encontra longe de ser cumprida, uma vez que foi verificada a necessidade de julgamento de 138 processos de competência do Júri para que a meta seja atingida.  
**Providência:** Recomendar ao Magistrado titular da Vara que envide esforços para o cumprimento das Metas nacionais do CNJ e do ENASP e que oriente a Secretaria a manter o controle fiel dos processos de modo que seja possível obter os dados respectivos;
7. Verificou-se a existência de armas e bens apreendidos no arquivo/residência oficial sem disposição de segurança necessária, não havendo local apropriado para tal finalidade.  
**Providência:** Determinar que o Diretor de Secretaria, após autorização do Magistrado, solicite o recolhimento das armas e bens apreendidos para departamento competente. O Magistrado, por sua vez, deve se familiarizar com o Manual de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça e verificar, periodicamente, se está sendo cumprido pelo Diretor de Secretaria.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

8. Identificou-se que a unidade judicial não alimenta os seguintes sistemas do Conselho Nacional de Justiça: CNA- Cadastro Nacional de Adoção; CNACA- Cadastro Nacional De Crianças Acolhidas; Inspeção-Estabelecimento De Aplicação de Medida Socioeducativa.  
**Providência:** Recomendar a Diretora de Secretaria e ao Magistrado que procedam mensalmente à alimentação dos sistemas do CNJ, vez que são ferramentas de controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela unidade. Para eventuais dúvidas, entrar em contato com o servidor desta CJCI, Sr. Jacivaldo Amaral, pelo telefone (91) 3205-3523 e pelo e-mail jacivaldo.amaral@tjpa.jus.br.
9. Foram identificados 1.513 processos conclusos ao Magistrado, sendo 878 há mais de 100 dias e 635 há menos de 100 dias.  
**Providência:** Malgrado o Juiz tenha assumido a titularidade da vara há pouco tempo, a ele fica a recomendação que envide esforços para promover o despacho/decisão/sentença dos processos que se encontram conclusos.
10. Acerca das rotinas de secretaria, verificou-se que:
- 10.1** Embora, aparentemente organizado por tipo/classe de ação e subdividido por ato processual, foram identificados processos de uma determinada classe no local incorreto.  
**Providência:** Determinar ao Diretor de Secretaria que as tramitações internas sejam registradas no sistema LIBRA e respeitadas no ambiente físico, para facilitar a localização dos processos, além de que seja observada a classe dos processos para que não haja prejuízo a tramitação dos autos;
- 10.2** Há muitos processos finalizados pendentes de baixa/arquivamento, totalizando 221 processos cíveis pendentes de certificação do trânsito em julgado.  
**Providência:** Determinar ao Diretor de Secretaria que identifique e promova a respectiva baixa no sistema dos processos que já se encontram pendentes dessa providência.
- 10.3** Identificou-se uma notória diferença entre o quantitativo de processos no acervo físico (4581) e no acervo do sistema LIBRA (4800).  
**Providência:** Determinar que a Secretaria promova a identificação dos processos que dão ensejo a essa diferença a fim de que o sistema LIBRA possa refletir o real acervo da serventia. Ficando assinado o prazo de trinta dias para cumprimento dessa determinação;
- 10.4** Em relação à quantidade de réus presos, verificou-se que a Secretaria não mantinha o controle dos presos condenados (a partir do momento em que era sentenciado com a expedição da guia).  
**Providência:** Determinar que a Secretaria promova o imediato controle regular de todos os réus presos, devendo informar a este Órgão Correccional, no prazo de 60 dias, objetivando sanar a irregularidade apontada.
- 10.5** Existem processos de execução sem guia de recolhimento/internamento expedida pelo juízo sentenciante. E também, processos de execução sem atestado de pena a cumprir, visto que a Secretaria nunca foi orientada a expedir tal atestado.  
**Providência:** Determinar que a Secretaria proceda a leitura atenta da Lei de Execução Penal e promova a regularização de todos os processos de execução que se encontram sem guia de recolhimento/internamento e sem a atestado de pena a cumprir. Fica assinalado o prazo de 120 (cento e vinte) dias a fim de que sejam cumpridas todas as recomendações acima determinadas, o que deverá ser formalmente informado a esse Órgão Correccional, devendo o Magistrado supervisionar o cumprimento desta determinação.
- 10.6** Foi identificado, em Secretaria, processo de regime aberto combinado com o benefício de prisão domiciliar, encaminhado em 2013 pela Vara de Execução Penal em Belém, sem qualquer andamento. A última informação é o despacho do Magistrado da mencionada Vara encaminhando os autos. Não há registro nos autos que o apenado esteja cumprindo a pena (Proc. Nº 0009069-37.2007.8.14.0401 – Belém/ nº 0000209-39.2014.8.14.0025 – Itupiranga). Na análise processual por amostragem, foi identificado que o cumprimento das penas restritivas de liberdade no regime aberto combinado com o benefício do regime domiciliar não está sendo certificado nos autos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA

**Providência:** Verificar atentamente o registro da tramitação de autos no sistema Libra. Recomenda-se, ainda, a realização de um controle mais eficaz dos presos que estão cumprindo pena em regime aberto, sugerindo-se a utilização programa Microsoft Excel, no qual podem ser relacionados os réus ou condenados que devem assinar frequência.

- 10.7 Foi identificado que não existe controle de prazo de cumprimento das cartas precatórias recebidas, tampouco controle/cobrança das cartas precatórias expedidas, tanto que não foi possível precisar a quantidade de deprecatas encaminhadas.

**Providência:** Durante a correição o Diretor de Secretaria foi orientado a criar um controle específico para cartas precatórias, tanto para as recebidas quanto para as expedidas, o que nessa oportunidade se ratifica. Recomenda-se, ainda, que a secretaria utilize a ferramenta de alerta de prazos já disponível no sistema LIBRA, o que agiliza e facilita as atividades da serventia

- 10.8 A Secretaria registra mandados com Oficiais de Justiça e processos com carga ao Ministério Público, Defensoria Pública e Advogados com prazos extrapolados.

**Providência:** Promova a cobrança dos mandados e processos com carga (MP, DP e Advogados) que se encontram com prazo extrapolado, devendo, ainda, adotar regular metodologia de controle de prazo e de cobrança dos mandados/processos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos

- 10.9 Foram identificados 391 processos paralisados em Secretaria há mais de cem dias pendentes de cumprimento de decisão judicial e 296 processos na mesma situação, há menos de cem dias, totalizando 687 processos com provimento judicial aguardando cumprimento.

**Providência:** promova a movimentação de todos os processos que se encontram paralisados por falta de cumprimento de ato judicial

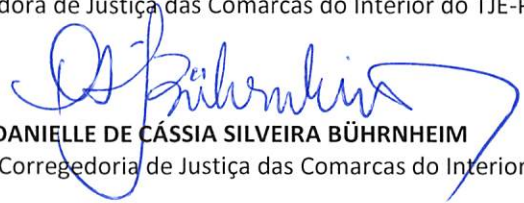
- 10.10 Foram identificadas 298 petições intermediárias para juntada, além de diversos outros documentos, tais como ofícios, mandados, Avisos de Recebimento. Também, foram identificadas 26 iniciais pendentes de conclusão em secretaria.

**Providência:** Promova a juntada de todas das petições intermediárias aos respectivos autos dos processos. Ainda, deve a secretaria efetuar sempre a conclusão imediata de todas as iniciais recebidas.

- 10.11 Foi verificado que os mandados não são distribuídos no LIBRA para os Oficiais de Justiça.

**Providência:** Passar a adotar o procedimento, para maior controle e para que o registro digital do processo seja fiel a sua realidade física.

  
DESEMBARGADORA MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO  
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do TJE-PA

  
DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do TJE-PA

RECEBIMENTO  
Recebido na Secretaria da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior.  
Belém, Pa, 06 / 06 / 20  
[Signature]  
Secretaria da Corregedoria do Interior